

ASSESSORIA JURÍDICA

Reforço do PRR é bem vindo, mas com menos burocracia

Reforço do PRR para apoiar empresas recebe nota positiva de assessores jurídicos, que pedem menos burocracia e uma justiça a funcionar melhor, para criar confiança.

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

A revisão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), colocada em consulta pública na semana passada, prevê uma subida de 16,6 mil milhões de euros para mais de 20,6 mil milhões de euros em verbas a canalizar para a economia portuguesa, um reforço que, segundo o Governo, dará prioridade ao investimento e a ajudas às empresas, que têm criticado as verbas reduzidas do PRR para o setor privado. Os advogados especializados na assessoria jurídica ao setor empresarial dão nota positiva ao anúncio, mas alertam que é preciso desburocratizar processos e criar meios no setor da Justiça que a tornem mais eficiente.

A decisão agora anunciada parece ir no bom caminho, respondendo a pedidos insistentes do setor privado que se considerava preterido no programa", frisa Luís Miguel Cortes Martins, 'senior partner' da Cuatrecasas. Os setores indicados, designadamente os das infraestruturas críticas também fazem sentido, porque disso beneficia toda a economia, explica o mesmo advogado.

Contudo, lamenta ainda Cortes Martins, é pena não haver "uma aposta forte na informatização dos Tribunais, modernizando o obsoleto parque tecnológico existente que condiciona muito negativamente todos quantos trabalham no setor". E a razão é simples, já que "uma justiça eficiente e célere é fundamental para o bom funcionamento da economia permitindo criar uma clima de forte confiança. Sem confiança é tudo mais difícil", defende.



Paulo Calado

Majoria aposta na modernização da Justiça permitiria criar condições para o setor mais célere e amigo da economia

Também Eduardo Maia Cadete, sócio da Morais Leitão sublinha que "a proposta de atualização do PRR é muito positiva para o setor empresarial, uma vez que incrementa em mais de dois mil milhões de euros o montante de

Financiamento público para inovação empresarial passa de 930 milhões de euros para 2,85 mil milhões de euros.

financiamento público para as empresas". A proposta prevê, no âmbito da Inovação Empresarial, o reforço do financiamento público de 930 milhões de euros para 2,85 mil milhões de euros.

Cumulativamente, e em exclusivo para pequenas e médias empresas, a revisão do PRR "estabelece uma nova dotação de 60 milhões de euros para o apoio a investimentos em tecnologias, incluindo transição digital de processos, soluções para armazenamento ou inteligência artificial. É ainda criada uma linha de financiamento público de 50 milhões de euros para o apoio ao desenvolvimento da indústria verde pelas empresas e também uma nova li-

nha de 50 milhões de euros para acelerar a descarbonização de navios", explica Maia Cadete.

"Naturalmente que o reforço dos apoios às empresas, incontornáveis para o desenvolvimento e transformação da economia, será sempre, só por si, uma boa e desejada notícia", evidencia, por seu turno, Maria Zagalo, sócia da PLMJ. Mas o fundamental, aponta a advogada, "é que estas medidas se traduzam na atribuição efetiva dos benefícios, para o que é absolutamente chave que se garantam procedimentos mais céleres e fluidos, sem excesso de burocracia, que garantam que as verbas chegam, e em tempo, às empresas". ■



Pede-se rapidez nos concursos e a libertar verbas

Mais dinheiro a fundo perdido

O Governo colocou em consulta pública até 21 de abril a proposta de atualização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O novo documento reflete, nomeadamente, um aumento da dotação máxima da chamada "bazuca europeia" em 1,6 mil milhões de euros, decorrentes da atualização do montante de subvenções - dinheiro a fundo perdido - ao abrigo do artigo n.º 11 do Regulamento (UE) 2021/241. Integra ainda a dotação financeira da iniciativa REPowerEU no PRR (785 milhões de euros) e da Reserva de Ajustamento ao Brexit. O PRR passará, assim, a ter uma dotação acrescida, ou seja, a sua dotação máxima passará a ser de 20,6 mil milhões de euros, representando um acréscimo de cerca 2,3 mil milhões de euros em subvenções (1,6 mil milhões mais 785 milhões) e outros 1,6 mil milhões de euros em empréstimos, comparando com o plano que foi aprovado em julho de 2021, fez saber o Governo.

Em fase de consulta pública do renovado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que se prolonga ainda por uma semana, empresas e associações setoriais têm oportunidade de sugerir ao Governo novos investimentos enquadráveis nas componentes já existentes da chamada "bazuca europeia".

Sabe-se, contudo, tal como frisam especialistas no apoio jurídico às empresas, que é importante, findo o processo em curso, que haja celeridade na publicação dos avisos de concursos, menos burocracia e maior rapidez na libertação das verbas dos projetos.

"Creio que a preocupação dos empresários, pela experiência que temos, se situa muito ao nível da burocracia envolvida, avaliação de projetos em tempo útil ou libertação rápida das verbas envolvidas", entende Luís Miguel Cortes Martins, 'senior partner' da Cuatrecasas.

Em todo o caso, tal como adianta este advogado, "o setor privado também tem de fazer a sua parte. Há bons e maus projetos. E só os bons devem ser selecionados". Neste sentido, "o PRR não pode ser entendido como uma espécie de 'Pai Natal', designadamente

sendo usado em empresas inviáveis", evidencia ainda Luís Cortes Martins.

Visando a melhor operacionalização de processos, Eduardo Maia Cadete, sócio da Morais Leitão, defende que "após a aprovação das alterações propostas ao PRR, as autoridades de gestão e os organismos intermédios devem ser céleres na publicação dos avisos de concurso de execução dos financiamentos públicos adicionais previstos".

Mais, adianta o mesmo advogado, "os avisos de concurso devem estabelecer janelas temporais relativamente cur-

tas para apresentação das candidaturas pelas empresas, tudo como forma de se acelerar a tão desejada execução física dos projetos em prol do tecido empresarial e do desejado crescimento económico sustentável."

Para já, tal como lembra ainda Eduardo Maia Cadete, "estando o documento em fase de consulta pública até 21 de abril, as empresas e as associações empresariais podem aproveitar o atual momento para sugerir ao Governo novos investimentos enquadráveis nas componentes já existentes do PRR". ■



É absolutamente chave que se garantam procedimentos mais céleres, sem excesso de burocracia.



MARIA ZAGALO
Sócia a área de Público da PLMJ



Tenho pena de não ver uma aposta forte na informatização dos Tribunais, modernizando o obsoleto parque tecnológico existente.



LUÍS CORTES MARTINS
'Senior partner' da sociedade Cuatrecasas



Deve haver celeridade na publicação dos avisos de concurso de execução dos financiamentos públicos adicionais.



EDUARDO MAIA CADETE
Sócio da Morais Leitão, área de Direito Europeu e Concorrência

O documento com as atualizações do PRR vai estar em fase de consulta pública até ao dia 21 de abril.